ATA Nº. 10/2014**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA QUATRO DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E
CATORZE.** -----

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, com a presença do Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa, e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Neste período, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que decidiu dar conta das seguintes três questões aos Srs. Vereadores: -----

- Obras relativas ao enchimento de areia na Praia da Barra. -----

Desde o começo desta obra (no pretérito dia 14 de maio), que o empreiteiro tem vindo a afetar um vasto conjunto de meios de forma a promover o maior enchimento possível no mais curto espaço de tempo, tendo ficado acordado da possibilidade da obra, ficar suspensa nos meses de julho e agosto, salvo se não for possível acordo entre a APAmbiente e o Empreiteiro. No entanto, se tal não vier a acontecer, tentaremos que a zona intervencionada ficará devidamente confinada a sul, de forma que a área concessionada pelos bares de praia fique o mais liberta possível. -----

Acontece porém, que a CMI, também por evidentes razões de segurança, solicitou à APA (Agência Portuguesa do Ambiente), que o início da época balnear, que normalmente se inicia a 15 de junho e termina a 15 de setembro, fosse este ano alterada para 05 de julho a 31 de agosto. Mais se informa que Capitania do Porto de Aveiro, na qualidade de entidade fiscalizadora e a pedido da APA, elaborou e publicou um Edital, que criou alguma confusão

na população, mas onde, apenas constam as datas de início e fim da citada obra, para além de dar conta das eventuais penalizações aos veraneantes que utilizam indevidamente aquele espaço alvo de intervenção, nomeadamente o atravessamento ou invasão dos estaleiros, podendo colocar em risco a sua própria segurança. -----

- Festival Rádio Faneca. -----

Que o Festival Rádio Faneca está de volta neste ano de 2014, cuja realização ocorrerá entre os dias 06 e 08 de junho, sobre o lema “Ílhavo a transmitir alegria”. -----

Após o sucesso da edição anterior, a CMI e o CCI voltam a encher de cor e alegria o Centro Histórico de Ílhavo e o Jardim Henriqueta Maia, com um festival que mais uma vez convocará a comunidade a participar nos vários processos artísticos, com um programa rico de músicas e efeitos visuais, ficando aqui o convite à participação dos nossos autarcas e respetivos familiares e amigos. -----

- Programa Desporto para Todos – “XIV Grande Pedalada e reabertura da Piscina Municipal de Vale de Ílhavo”. -----

A Grande Pedalada, sobre o lema: “Junte-se a Nós com as Cores de Portugal” realiza-se no próximo dia 10 de junho e reúne normalmente centenas de participantes, que aproveitam este dia para se divertirem e conviver, enquanto apreciam as paisagens que embelezam todos os recantos do Nosso Município, ao mesmo tempo que praticam uma atividade tão saudável e amiga do ambiente, como é o cicloturismo, convidando-se os nossos autarcas e respetivos familiares e amigos à sua participação. -----

- O Sr. Vereador, José Marinho Vaz, que se referiu à situação verificada há poucos dias, em que, um individuo, supostamente ligado e em nome da empresa concessionária do parque de estacionamento subterrâneo ao CCI – Centro Cultural de Ílhavo e áreas circundantes, terá andado a multar as viaturas que estavam estacionados indevidamente nesses mesmos locais, querendo saber se tal individuo tinha realmente autorização para levar a cabo tal tarefa, sublinhando ainda que, a própria GNR, terá abordado o dito individuo para saber exatamente o mesmo. -----

Na resposta, **o Sr. Presidente da Câmara** deu conta que nem a GNR, nem a própria empresa concessionária, nem mesmo algum munícipe, deu conhecimento formal à Câmara Municipal do que se estaria a passar, não podendo por isso a CMI dar qualquer resposta sobre esse

assunto. No entanto, foi dada nota que na próxima segunda-feira haverá uma reunião entre o Presidente da Câmara e os responsáveis da empresa concessionária, onde naturalmente esse assunto será abordado. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 110, do dia três de junho do ano de dois mil e catorze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 3.797.199,78 (três milhões, setecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e nove euros e setenta e oito cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 682.948,87 (seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 09, da reunião ordinária realizada no dia vinte e um de maio, do ano de dois mil e catorze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

REGULAMENTOS MUNICIPAIS. -----

**REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA FLORESTA –
INFORMAÇÃO/PROPOSTA.** -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 30MAI14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a revogação do Regulamento Municipal referenciado em título, ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 119º do CPA, por força das sucessivas alterações legislativas que foram revogando a maioria dos diplomas legais que tinha originado a elaboração e existência do aludido Regulamento Municipal. -----

Sobre a presente informação, recaiu a seguinte proposta de concordância por parte da Sr.^a Vereadora Beatriz Martins,: -----

04-06-2014

“Visto. Concordo com a proposta de revogação do Regulamento Municipal das Florestas, face ao esvaziamento legal de competências da CMI nesta matéria. -----

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para encaminhamento à Câmara municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal. -----

30MAI14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera enviar a à Assembleia Municipal para aprovação. -----

CÂMARA MUNICIPAL. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

- Se perspectiva que na reunião de Câmara prevista para o próximo dia 18 de junho do corrente ano, se proceda à discussão e votação dos “ACORDOS DE COOPERAÇÃO” a celebrar com as várias Associações do Concelho Ílhavo; -----

- A importância destes instrumentos de gestão para a vida das Associações do Nosso Concelho, enquanto entidades parceiras da Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Proponho: -----

- Que a segunda reunião de Câmara do mês de junho do corrente ano, prevista para o dia 18, **de carácter privado, assuma o carácter público**, mantendo-se a hora do seu início, bem como os termos de audição do mesmo. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

30MAI14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS / CONTINUAÇÃO DOS RECRUTAMENTOS –
INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 29MAI2014, elaborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, que pela sua relevância se transcreve na íntegra: -----

04-06-2014

- “A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal por deliberação de 11/12/2013 e 27/12/2013, respetivamente procederam e autorizaram a abertura de procedimento concursal para os seguintes lugares do mapa de pessoal para 2014: -----

- Técnico Superior – Planeamento Regional e Urbano – 1 lugar -----

- Técnico Superior – Auditoria e Contabilidade – 1 lugar -----

- Técnico Superior – Administração Pública – 1 lugar -----

- Assistentes Operacionais – Auxiliares de ação Educativa – 2 lugares -----

A Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado (LOE) para 2014 prevê no seu art. 48º n.º 3 que “Quando tenha decorrido o prazo de seis meses, a contar da data da emissão da autorização prevista no número anterior, sem que tenha sido homologada a lista de classificação final, devem os serviços que procedem ao recrutamento, após a fase de aplicação de métodos de seleção, solicitar autorização aos membros do Governo a que se refere a mesma disposição legal para prosseguir com o recrutamento.”; -----

Todos os procedimentos concursais acima referidos, após a publicação do anúncio, da fase de candidaturas e análise das mesmas, encontram-se já a iniciar a fase de audiência dos interessados quanto à lista de candidatos admitidos e excluídos a que se seguirá, ato imediato, a fase de prestação de provas, sendo que a primeira é, para a maioria dos candidatos, a prova escrita de conhecimentos. -----

Acrescenta-se que a estes quatro procedimentos concursais concorreram 283 candidatos cuja análise individual é complexa, que exige a verificação da conformidade e da substância dos documentos, a verificação se os concorrentes estão ou não já vinculados à função pública e no caso positivo se detêm a mesma categoria/carreira e ainda se desenvolvem as mesmas ou semelhantes funções. A enorme carga administrativa que nesta fase se exige quer à subunidade de recursos humanos, parcamente dotada de elementos quer aos elementos do júri, dirigentes ou responsáveis, impede como aliás não há histórico numa conclusão de processos concursais em tão curto espaço de tempo. -----

Nestes termos e para bom rigor entendemos que devem os órgãos que autorizaram a abertura (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) autorizar a respetiva prorrogação, nos termos do n.º 3 do art. 48º da LOE, no caso, até à conclusão dos procedimentos”. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

04-06-2014

“Concordo. Enviar à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação. -----
29MAI14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a continuação de recrutamentos. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

PARECER PRÉVIO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO – “REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO INTITULADO «DEIXEM O PIMBA EM PAZ»” – INFORMAÇÃO. ---

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 27MAI14, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, e no seguimento de solicitação dos serviços culturais, se sugere a emissão de despacho de abertura do procedimento referenciado em título, pelo valor estimado de 8.500,00 €(oito mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e por ajuste direto, bem como a aprovação das peças do procedimento (Convite e Caderno de Encargos), sujeitos no entanto, à prévia emissão de parecer prévio por parte do Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação. -----

PARECER PRÉVIO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO – “REMOÇÃO E TRANSPORTE DE AREIAS DA PRAIA DA BARRA E COSTA NOVA” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 29MAI14, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, e conforme solicitação do Chefe da DGESU, Pedro Nunes, na qual e em síntese, se sugere a emissão de despacho de abertura do procedimento referenciado em título, pelo valor estimado de 14.800,00 €(catorze mil e oitocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e por ajuste direto, bem como a aprovação das peças do procedimento (Convite e Caderno de Encargos). -----

O convite poderá ser endereçado à entidade: “Carlos Manuel Gouveia Almeida – Terraplanagem da Barra, Lda., ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio a emitir pelo Órgão Executivo Municipal. -----

04-06-2014

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à presente aquisição. -----

PARECER PRÉVIO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DESINFEÇÃO NAS PISCINAS MUNICIPAIS” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 29MAI14, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, e conforme solicitação do Responsável pelo Gabinete do Desporto, José Batista, na qual e em síntese, se sugere a emissão de despacho de abertura do procedimento referenciado em título, nos termos da alínea b), do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, pelo valor estimado de 135.000,00 € (cento e trinta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo período de um ano, renovável até ao limite de três anos, sujeitos no entanto, à prévia emissão de parecer prévio por parte do Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à aquisição de serviços. -----

PARECER PRÉVIO – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS” – PRORROGAÇÃO DO PRAZO - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 19MAI14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a prorrogação do prazo da vigência dos contratos abaixo referenciados, conforme consulta feita junto do Chefe da DGEU, Pedro Nunes e do Diretor do CCI, José Pina: -----

- Contrato n.º 18/12, de 26 de junho, no valor anual de 57.540,00 €(prestação de serviços de vigilância e segurança nos armazéns gerais); -----

- Contrato n.º 19/12, de 26 de junho, no valor anual de 1.560,00 €(prestação de serviços de vigilância e segurança no CCI e CCGN e outros locais); -----

- Contrato n.º 20/12, de 28 de junho, no valor anual de 7.446,00 €(prestação de serviços de vigilância e segurança no Mercado Municipal de Ílhavo). -----

04-06-2014

Deste modo, defende-se a prorrogação do prazo de vigência dos contratos emitindo o Órgão Executivo Municipal a necessária autorização de despesa. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RELATIVO À CONSTRUÇÃO DO “NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ÍLHAVO” – PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

Na sequência do prosseguimento dos trâmites de aquisição de terrenos para o Processo de Expropriações, e no seguimento das conversações realizadas com os proprietários dos terrenos necessários à realização da obra, verificou uma alteração ao constante na deliberação da Câmara Municipal de 19 de maio de 2014; -----

Nestes termos propõe-se que: -----

– A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g), n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, delibere a aquisição da seguinte parcela de terreno, nas seguintes condições: -----

- Parcela n.º 02 – Área a expropriar – 4.300,00 m² (encargo previsto 99.250,00 euros, que inclui o valor de 2.500,00 euros a título de benfeitorias pela destruição de um poço) -----

Que é constituída pelos: -----

- Prédio rústico, sito em Rego, Freguesia de Ílhavo (S. Salvador), deste Concelho, composto por terreno de Cultura de regadio, com a área descrita de 2.700,00 m², que confronta de Norte com vala, do Sul com José Nunes Bastião, do Nascente com vala e do Poente com vala, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 883 (provem do artigo nº 1004) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º 05965/19931109; -----

- e Prédio rústico sito em Rego, Freguesia de Ílhavo (S. Salvador), deste Concelho, composto por terreno de Cultura de regadio, com a área descrita de 1.600,00 m², que confronta de Norte com João Nunes Caramonete, do Sul com João Nunes Caramonete, do Nascente com vala e do Poente com vala, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 884 (provem do artigo nº 1005) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo sob o n.º 05982/19931109;

04-06-2014

Proprietários: Herdeiros de José Bilela Bastião e de Maria da Conceição Manica dos Santos: - João José dos Santos Bilela Bastião, residente na Rua Dr. Samuel Maia, n.º 28, em Ílhavo; - João Evangelista dos Santos Bilela Bastião, residente na Rua da Chousa Velha, em Ílhavo; e - Alberto dos Santos Bilela Bastião, residente na Rua Conselheiro Manuel Celestino Emídio, em Ílhavo; -----

- Parcela n.º 03 – Área a expropriar – 3.353,00 m² (encargo previsto – 77.942,50 euros - que inclui o valor de 2.500,00 euros a título de benfeitorias pela destruição de um poço); -----

Que constitui o Prédio rústico, sito em Ramalhoas, Freguesia de Ílhavo (S. Salvador), deste Concelho, composto por terreno de Cultura de regadio, com a área descrita de 3.440,00 m², que confronta de Norte com Aida Maia Matos, do Sul com Herdeiros Carlos Gaio, do Nascente com José Bilela Bastião e do Poente com vala, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 777 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: Herdeiros de Arménio da Cruz e Rosa Agra de Oliveira; - Dorindo Rodrigues Cruz, residentes na Rua Carlos Marnoto, n.º 71, em Ílhavo; -----

O Presidente da Câmara, -----
Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----
30MAI14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RELATIVO À CONSTRUÇÃO DA “VIA DE ACESSO AO PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO” – AQUISIÇÃO DA PARCELA N.º 36 - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

- No âmbito do mencionado processo de expropriação, a Câmara Municipal deliberou adquirir por via do direito privado a parcela de terreno designada pelo n. 36, com a área de 565m², a destacar do prédio rústico com o artigo 5435, sito em Outeiro, freguesia de S. Salvador, deste Concelho (cfr. deliberações de 6/04/2011; 01/06/2011 e 10/04/2014); -----

- Pela aquisição da referida parcela, acordou a Câmara Municipal com os proprietários da mesma (Herdeiros de Maria Correia da Silva, António Rodrigues Branco, viúvo, residente na Rua da Patela n.º 38, Presa, Freguesia de Santa Joana, Aveiro; Rosa Maria da Silva Branco

04-06-2014

Fernandes, casada c/ António Carlos de Oliveira Ferrão Fernandes, residentes na Rua da Patela n.º 38, Presa, Freguesia de Santa Joana, Aveiro; Maria da Luz da Silva Branco, solteira, residente nana Rua da Patela n.º 38, Presa, Freguesia de Santa Joana, Aveiro; António Pedro da Silva Branco, divorciado, residente na Rua da Patela n.º 38, Presa, Freguesia de Santa Joana, Aveiro), pagar-lhes a quantia de 3.062,40 euros, e a ceder-lhes ainda uma parcela de terreno, de que a Câmara Municipal é proprietária, com a área de 85,00m2 a destacar do prédio rústico com o artigo 5437 sito em Outeiro, freguesia de S. Salvador, deste Concelho; --

- Do negócio jurídico acima indicado, oportunamente formalizado por escritura pública, irá resultar a constituição do direito de compropriedade em relação à parcela a destacar do prédio rústico com o artigo 5437; -----

- De acordo com o n. 1 do artigo 54.º da Lei 91/95 de 2/9, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23/08, com as alterações da Lei 10/2008 de 20/02 (Lei das áreas urbanas de génese ilegal - AUGI), "A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de partes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios"; -----

- Determina o n. 2, daquele artigo 54º que, "O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana"; -----

- Da situação em análise, não resultam indícios de a mesma poder configurar uma fuga ao regime jurídico dos loteamentos. -----

Nestes termos propõe-se que: -----

Tendo presente o anteriormente exposto, seja dado parecer favorável à constituição do direito de compropriedade nos termos acima indicados, mandando-se emitir a final a respetiva certidão. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

30MAI14". -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----**CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----****CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA / PROPOSTA. -----**

- O registado com o n.º 6459, Pº 235/11 em 2014/05/02, respeitante a Diamantino do Carmo Ferramacho D´Aquino, residente na Rua Dr. José Rito, n.º 45-B, Gafanha da Encarnação. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

A informação tem a referência DOPGU/elianac 2014/05/23 6459/14 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Eliana Castro, e o despacho, do Sr. Vice-Presidente, Marcos Labrincha Ré, está datado de 2014/05/29, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----**OBRAS MUNICIPAIS. -----****RELATÓRIO FINAL - “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E DE GESTÃO DO ECOCENTRO NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO”. -----**

Presente o Relatório Final supra, elaborado pelo respetivo júri do procedimento, datado de 29MAI14, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se sugere que a empreitada referenciada em título seja objeto de adjudicação definitiva à empresa: “Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA”, pelo valor da proposta apresentada, 88.000,00 € (oitenta e oito mil euros), acrescidos e IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de avaliação consignados no Programa do Procedimento. Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à adjudicação definitiva à empresa, Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA, nos termos do presente Relatório Final. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----**CIDADANIA E IGUALDADE. -----****FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

04-06-2014

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados por oito indivíduos e/ou agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 110 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Três participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- Três participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Uma participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 6 meses; -----

- Uma participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, -----

30MAI14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

04-06-2014

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por dois indivíduos e/ou agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 417,24 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

30MAI14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENTEIS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES)
PARTICIPACÃO NO PAGAMENTO DE QUOTAS EM CONDOMÍNIO DE
HABITAÇÃO SOCIAL – “MANUEL HUMBERTO DOS SANTOS NETO E OUTRO”**

INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da DASS, Susana Marques, datada de 16MAI14, corroborada pela respetiva Chefe de Divisão, Mónica Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a alteração do valor relativo à comparticipação no pagamento das quotas de condomínio de habitação social, por força da alteração do valor da renda do citado agregado familiar. -----

Sobre a presente informação, recaiu uma proposta de concordância por parte do Sr. Vereador Paulo Teixeira Costa, datada de 02 de junho de 2014: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUVENTUDE. -----**“A CORRIDA MAIS LOUCA DA RIA / 2014” – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO - PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Objetivos: -----

Esta atividade, denominada “A Corrida mais Louca da Ria 2014 – Corrida de Embarcações Originais”, tem por objetivo principal promover e incentivar a prática desportiva, assim como a nossa Ria, nomeadamente a sua vertente lúdico-desportiva. À semelhança do ano passado irá estar englobada na realização do Festival do Bacalhau 2014, conferindo-lhe mais criatividade e diversão. -----

Podem participar nesta Corrida as Associações e Instituições do Município de Ílhavo, que receberão, cada um, um prémio de presença. O valor deste prémio será de 100,00 Euros caso participem com uma embarcação, de 150,00 caso participem com duas embarcações e de 200,00 caso participem com três embarcações. Poderão concorrer com mais de três embarcações, permanecendo, contudo, o valor deste prémio inalterável, independentemente do número total de embarcações. -----

A prova encontra-se dividida em duas categorias: -----

Categoria "Demonstração" -----

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: -----

Subcategoria "Construção" -----

A esta subcategoria podem concorrer embarcações totalmente construídas a partir de materiais diversos à escolha da sua tripulação, não sendo contudo permitido o uso de cascos de outras embarcações. -----

Às embarcações concorrentes nesta subcategoria serão atribuídos dois prémios, 1.º e 2.º, sendo a avaliação do júri efetuada com base na originalidade das mesmas. -----

Subcategoria "Transformação" -----

A esta subcategoria podem concorrer embarcações que resultem da adaptação de um casco já existente, onde a tripulação poderá fazer qualquer tipo de alteração. -----

Às embarcações concorrentes nesta subcategoria serão atribuídos dois prémios, 1.º e 2.º, sendo a avaliação do júri efetuada com base na originalidade das mesmas. -----

Categoria "Corrida" -----

Nesta categoria poderão participar todas as embarcações a concurso (subcategorias "Construção" e "Transformação"), que participação em simultâneo na corrida, mas cuja classificação final será definida de acordo com a sua subcategoria. Vencerá em cada subcategoria a embarcação que efetuar o Percorso da Corrida no menor espaço de tempo. -----

Às embarcações concorrentes nesta categoria serão atribuídos dois prémios por subcategoria, 1.º e 2.º. -----

Considerações Gerais -----

1. A constituição de cada embarcação será no mínimo de um Capitão, um Timoneiro e um Proa. -----

1.1. É responsabilidade do Capitão a coordenação da embarcação bem como assegurar o cumprimento das Normas Regentes pela sua tripulação, e do Timoneiro e do Proa acatar as regras do seu Capitão e zelar pelo bom estado geral da embarcação. -----

2. A embarcação terá de ser movida a força humana ou à vela, logo não poderá ter motor. Na construção da embarcação deve-se contudo ter em conta as especificidades do local onde decorrerá a Corrida, que poderão condicionar nomeadamente a altura da vela. -----

3. O objetivo da prova encontra-se descrito no início deste documento. -----

3.1. Na categoria Demonstração o vencedor será o que possuir a embarcação mais original em cada uma das subcategorias, e na categoria Corrida o que efetuar o Percurso da Corrida no menor espaço de tempo em cada uma das subcategorias. -----

3.1.1. É motivo de desclassificação a queda de qualquer equipamento da embarcação que não seja reintegrada de imediato na mesma. -----

3.1.2. É ainda desclassificada a tripulação que não respeite as normas regentes ou os juízes de prova. -----

3.1.3. A não conclusão do trajeto proposto pela organização ou a prática de qualquer ato menos desportista leva também à desqualificação da equipa. -----

4. É obrigatório o preenchimento de toda a ficha de inscrição de forma responsável e verdadeira. -----

4.1. O não cumprimento do disposto no ponto anterior é da inteira responsabilidade dos intervenientes bem como os danos que daí possam advir. -----

5. É obrigatório o uso de colete salva-vidas. -----

6. Juntamente com a ficha de inscrição terá de ser entregue uma memória descritiva da (s) embarcação (ões) e, se possível, um desenho ou fotografia. -----

7. No final da prova não poderão ficar qualquer tipo de detritos resultantes da prova no local. -----

8. A realização da prova fica comprometida no caso de não existirem concorrentes suficientes para a mesma ou as condições climatéricas não o permitirem, cabendo essa decisão à organização. -----

9. A organização não se responsabiliza por quaisquer danos sofridos pelas embarcações durante a prova. -----

Constituição do Júri -----

O júri será constituído por 5 elementos, a convidar pelo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Classificações e prémios -----

1. Serão premiadas quatro embarcações da Categoria “Demonstração” (duas da subcategoria “Construção” e duas da subcategoria “Transformação”) e quatro da Categoria “Corrida” (duas da subcategoria “Construção” e duas da subcategoria “Transformação”). -----

04-06-2014

2. O valor dos prémios a atribuir é o seguinte: -----

Categoria Demonstração -----

Subcategoria Construção: 1.º prémio – 225,00 Euros; 2.º prémio – 125,00 Euros -----

Subcategoria Transformação: 1.º prémio – 175,00 Euros; 2.º prémio – 100,00 Euros -----

Categoria Corrida -----

Subcategoria Construção: 1.º prémio – 225,00 Euros; 2.º prémio – 125,00 Euros -----

Subcategoria Transformação: 1.º prémio – 175,00 Euros; 2.º prémio – 100,00 Euros -----

3. Poderão ainda ser atribuídos, caso o júri assim o decida, os prémios “Melhor Técnica de Navegação”, "Boa Disposição", “Melhor Equipa Feminina” e “Melhor Claque”, com o valor unitário de 50,00 Euros. -----

4. Haverá ainda um certificado de participação para todos os concorrentes. -----

Local, Dia e Hora da Prova -----

A Corrida Mais Louca da Ria 2014 terá lugar no Jardim Oudinot (Esteiro Oudinot), na Gafanha da Nazaré, no dia 16 de agosto de 2014, Sábado, pelas 15h30, podendo esta hora ser alterada em mais ou menos 60 minutos, caso as condições da maré ou climatéricas, ou outras, assim o aconselharem. -----

Prazo de Inscrições -----

As inscrições serão efetuadas na Câmara Municipal de Ílhavo ou nos Fóruns Municipais da Juventude até ao dia 06 de agosto de 2014, através de uma ficha de inscrição criada para o efeito (uma por embarcação), à qual terá de ser anexada uma memória descritiva da embarcação. -----

A organização reserva-se ao direito de não aceitar inscrições de embarcações que considere que não incorporam o espírito da iniciativa. -----

Dúvidas e Omissões -----

Qualquer omissão ou dúvida relativa às presentes Normas Regentes será resolvida pela Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Estas Normas Regentes são válidas apenas para este concurso e cessam no dia imediatamente a seguir. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

04-06-2014

30MAI14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

LISTAGEM DOS PREMIADOS DO CONCURSO BANDA DESENHADA – “5 SÉCULOS DO FORAL NOVO” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DCTJ, Lisete Cipriano, datada de 02JUN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação de uma lista onde se encontram discriminados os jovens dos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário das Escolas do Município de Ílhavo, que concorreram e foram premiados no concurso referenciado em título, e as respetivas escolas. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Tomei conhecimento. -----

Ao Sr. Presidente da Câmara. -----

02JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente listagem de premiados. -----

JARDIM OUDINOT – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO RELATIVO A “HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DE DEZ ESPAÇOS OU LUGARES DESTINADOS À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES”. -----

Presente o Programa de Procedimento supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Hasta Pública. -----

TURISMO. -----

FESTIVAL DO BACALHAU – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE ARTESÃOS NA EDIÇÃO DE 2014 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior de Turismo, Susana Esteves, datada de 30MAI14, corroborada pela respetiva Chefe de Divisão, Lisete Cipriano, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugerem um conjunto de normas com vista à participação de artesãos no festival referenciado em título, bem como e à semelhança do ano de 2013, o “Prémio de Artesanato do Festival do Bacalhau”. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

04-06-2014

- “Concordo. -----

Ao Sr. Presidente da Câmara. -----

02JUN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de participação. -----

“PRÉMIO DE ARTESANATO FESTIVAL DO BACALHAU 2014” / NORMAS - PROPOSTA. -----

Presente o documento supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

COMÉRCIO E INDÚSTRIA. -----

ATA DA HASTA PÚBLICA DA CONCESSÃO DE DUAS BANCAS DE PEIXE E QUATRO LOJAS NO MERCADO DA COSTA NOVA – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA. -----

Presente a Ata supra, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade adjudicar definitivamente nos termos da presente Ata. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes (4) quatro Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Centro Sócio-Cultural e Extensão de Saúde da Costa Nova” – (Corpo B + C) - 5ª Situação Contratual, no valor de €200.316,18 (duzentos mil, trezentos e dezasseis euros e dezoito cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Constarte – Construções, SA. -----

2º - Da Empreitada “Centro Sócio-Cultural e Extensão de Saúde da Costa Nova” – (Corpo A) - 7ª Situação Contratual, no valor de €66.627,44 (sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete euros e quarenta e quatro cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Constarte – Construções, SA. -----

3º - Da Empreitada “Via de Acesso ao Parque de Ciência e Inovação ” - 1ª Situação Contratual, no valor de € 5.884,06 (cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro euros e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Manuel Francisco de Almeida, SA. -----

4º - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Requalificação da Estrada Florestal n.º 1 – 1ª Fase” - 4ª Situação Contratual, no valor de € 64.657,86 (sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Vítor Almeida & Filhos, SA. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes quatro autos e proceder ao pagamento. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 16.20 horas, e dado que se encontrava presente no Salão Nobre onde decorria a reunião, um munícipe a quem pudesse ser concedida a palavra, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, permitido o uso da palavra ao Sr. **António Luís Gomes Carvalho**, morador na Av.ª Fernandes Lavrador, edifício 4, na Praia da Barra, que, acompanhado por outro morador, Fernando Martins, trouxe à reunião de Câmara, os seguintes assuntos: -----

01 – Continuidade das preocupações que os anteriores executivos tiveram na resolução dos problemas que foram atingindo os munícipes. -----

Relativamente a esta questão, o Sr. Presidente da Câmara, começou por frisar, que essas preocupações são obviamente para manter e reforçar, na medida do possível, salientando que as condicionantes de hoje são bem maiores, do que aquelas que existiam no passado recente. -

02 – Espaços circundantes à Rotunda da Barra. -----

Em relação a esta questão, o Sr. Presidente da Câmara começou por afirmar que a competência da manutenção desta infraestrutura é da responsabilidade da Direção de Estradas de Portugal e não da CMI. No entanto, já em tempos tinha sido feita uma proposta no sentido de os espaços circundantes àquela rotunda passarem a ser da competência da Câmara Municipal, proposta esta que foi recentemente renovada, estando em fase de análise a possibilidade de estabelecer um Protocolo com a Direção de Estradas que resolva esta questão. -----

03 – Urbanização da Quinta da Barra/questão relativa à falta de globos nos candeeiros de iluminação pública. -----

Na resposta, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que aquele problema começou com a má organização inicial daquele espaço, e que, também aqui, a competência não pertence à CMI,

mas sim à EDP. No presente, tal como no passado, tem sido feitas várias diligências junto da EDP, no sentido de ir resolvendo os problemas que vão surgindo. -----

04 - Urbanização da Quinta da Barra/questão relativa ao depósito de gás desativado. ----

Relativamente a esta questão, o **Sr. Presidente da Câmara** sublinhou que, parece ser da competência do condomínio da Urbanização a remoção daquele equipamento sem utilização e em nítido estado de degradação. No entanto, será solicitada diligência junto do Sr. Vereador com o Pelouro do Ambiente, no sentido de se tentar saber com maior exatidão a quem cabe a remoção do citado equipamento. -----

05 – Reparação do pavimento onde caiu o contrapeso de uma grua e reposição do respetivo calcetamento. -----

Fica o alerta, referiu o **Sr. Presidente da Câmara**, salientando no entanto que, o empreiteiro já foi alertado para resolver com a brevidade possível o problema. -----

06 – Parque Infantil. -----

Foi dito pelo **Sr. Presidente da Câmara**, que é intenção da CMI promover a substituição daquele Parque infantil até ao final do ano civil em curso. -----

07 – Conjunto de questões relativas à designação de locais e construção de equipamentos que visem a recolha seletiva de dejetos de animais domésticos. -----

Sobre esta matéria, o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que há alguns anos a CMI alocou espaços públicos onde construiu equipamentos exatamente com esse fim. Porém, viu-se obrigada a deixar de o fazer, na medida em que, quer os materiais da própria construção dos equipamentos, quer o material relativo ao manuseamento dos dejetos, era alvo de roubos diários, o que trazia custos financeiros consideráveis à autarquia. -----

08 – Reposição dos passadiços na praia. -----

Em relação à questão supra, o **Sr. Presidente da Câmara** afirmou que tal irá suceder após a reposição das areias, obra essa que, como é público, já se encontra a decorrer. -----

09 – Remoção dos destroços dos bares de praia que foram destruídos pelo mar no último inverno. -----

Tomando em consideração os custos que uma remoção deste género acarretam, bem como o facto de os concessionários não disporem de verbas suficientes para, por si próprios, o fazerem, o **Sr. Presidente da Câmara** deu conta de uma reunião realizada hoje mesmo, em

04-06-2014

que estiveram presentes representantes da APA, da CMI, do empreiteiro que está a realizar as obras de reposição das areias, bem como os respetivos concessionários, em que ficou decidido encontrar uma solução de “engenharia financeira” que envolva todas as partes para levar a cabo a remoção dos destroços que restam dos aludidos bares de praia. -----

10 – Árvores da Av.^a Fernandes Lavrador. -----

Na resposta, **o Sr. Presidente da Câmara**, informou o munícipe que, fruto da fraca qualidade das árvores (choupos), que se encontravam plantadas naquela artéria da Paria da Barra, as raízes das mesmas infiltravam-se pelo pavimento da rua, assim como pelas sarjetas das águas pluviais, razão pela qual a CMI decidiu remove-las, substituindo-as por outras que, para além de esteticamente mais favoráveis, não danificam o pavimento nem obstruíssem as citadas sarjetas. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.25 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----